



PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cláudia Helena dos Santos Araújo IFG - IEA - USP/Educa+AI | helena.claudia@ifg.edu.br

Livia Carolina Vieira | IFSuldeMinas - IEA - USP/Educa+AI | livia.vieira@ifsuldeminas.edu.br

Márcia Azevedo Coelho - IEA - USP/Educa+AI | IES | mazevedocoelho@gmail.com

Danielle Soares e Silva Bicudo Ferraro - PUCSP - IEA - USP/Educa+AI | IES | dany.ferraro@gmail.com

GT 4: Tecnologias Digitais e IA

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre as percepções docentes acerca da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) na Educação Básica, com ênfase nos Anos Finais do Ensino Fundamental. A investigação adota abordagem de métodos mistos e analisa entrevistas semiestruturadas realizadas com 30 professores dos estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Fundamentada em autores como Andrew Feenberg, Vigotski, Libâneo e Silva, Bardin e Zuboff, busca-se compreender como os docentes percebem a IAGen em relação ao planejamento pedagógico, autoria, formação docente, à função docente, à infraestrutura escolar. Os resultados parciais indicam familiaridade ainda limitada com recursos de IAGen, ausência de formação, uso discente frequente com pouca orientação, além de preocupações com aprendizagem, avaliação, autoria e mediação humana.

Palavras-chave: IAGen. Educação Básica. Trabalho docente. Formação de professores. Letramento em IA.

1 Introdução

A inserção da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) na sociedade contemporânea tem alterado os modos de produzir, organizar, acessar, registrar e sistematizar conhecimentos. No campo educacional, tais transformações repercutem sobre as instituições escolares, o currículo, o trabalho docente, a autoria das produções escolares e os processos de ensino e aprendizagem. Recursos capazes de gerar textos, imagens, sínteses, respostas automatizadas e propostas de atividades pedagógicas passam a integrar, de maneira formal ou informal, o cotidiano escolar, nem sempre acompanhados de processos formativos.

Na Educação Básica brasileira, a apropriação da IAGen ocorre em meio a disparidades de acesso, infraestrutura tecnológica limitada, ausência de políticas institucionais e níveis diferentes de familiaridade docente com os recursos digitais. Segundo a pesquisa TIC Educação 2024, 70% dos estudantes brasileiros do Ensino Médio usuários de Internet utilizam recursos de IAGen para realizar pesquisas escolares, mas apenas 32% receberam orientação nas escolas. Entre os professores, 58% usam esses recursos em atividades escolares. Por isso, a apropriação da IAGen requer ser compreendida como fenômeno pedagógico multifacetado, constituído por intencionalidades, finalidades educativas e condições materiais do trabalho docente.

A ética no uso educacional da IAGen é compreendida como dimensão central da IA na educação (Almeida et al., 2025), em diálogo com Feenberg (2002), Vigotski (2001) e o



Referencial do MEC (Brasil, 2026). Assim, analisar as percepções docentes permite compreender como tais fundamentos orientam, ou não, as práticas pedagógicas.

Diante disso, este trabalho parte da seguinte questão: como professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental percebem a IAGen e suas possíveis implicações nos processos pedagógicos da Educação Básica? O objetivo geral consiste em analisar as percepções de professores sobre o uso da IAGen, considerando suas visões frente à tecnologia, trajetória formativa, práticas pedagógicas, condições institucionais e compreensões sobre o letramento digital e em IA dos estudantes. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, o texto apresenta uma discussão parcial do percurso investigativo, das categorias analíticas inicialmente definidas e dos fundamentos teóricos que orientam a leitura das percepções docentes sobre a IAGen na Educação Básica.

2 Desenvolvimento

A pesquisa adota abordagem de métodos mistos, articulando dimensões quantitativas e qualitativas para compreender os sentidos atribuídos pelos professores à IAGen e suas relações com ensino, aprendizagem, planejamento pedagógico, autoria e função docentes. Este trabalho integra um levantamento mais amplo sobre os Anos Finais do Ensino Fundamental.¹

Para este resumo, toma-se como recorte analítico um conjunto de 30 docentes dos estados de São Paulo (10), Goiás (10) e Minas Gerais (10), selecionados entre os participantes do eixo temático, por concentrarem parte significativa das respostas relacionadas às tecnologias digitais na Educação Básica. Esse recorte permite situar as percepções docentes em diferentes contextos territoriais e institucionais, considerando formação, infraestrutura, trabalho pedagógico-didático e mediação docente.

O mapeamento do perfil dos participantes foi articulado às entrevistas semiestruturadas realizadas em 2025, permitindo compreender as percepções sobre IAGen em relação às condições de trabalho docente, às desigualdades institucionais e às finalidades educativas.

A pesquisa contempla dimensões como percepção sobre o uso de tecnologias na educação; familiaridade com recursos de IA na vida pessoal, profissional e pedagógica; formação inicial ou continuada para o uso de tecnologias digitais; infraestrutura tecnológica

¹ Esta investigação integra uma pesquisa mais ampla desenvolvida na Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), intitulada Anos Finais do Ensino Fundamental: Uma etapa 'quase' esquecida.



da escola; uso de IA no planejamento de aulas; possíveis mudanças na função docente; uso de IA pelos estudantes; incentivo da gestão escolar; desafios e benefícios da IA para a educação.

A organização analítica dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), compreendida como um conjunto de procedimentos sistemáticos de leitura, categorização e interpretação dos materiais produzidos na pesquisa. Esse movimento envolveu a leitura flutuante das entrevistas, a identificação de unidades de sentido, a construção de categorias analíticas e a interpretação dos dados à luz do referencial teórico adotado.

As categorias articulam dimensões previamente definidas a partir dos objetivos da pesquisa e do roteiro de entrevistas com categorias emergentes das recorrências, tensões e sentidos presentes nas falas docentes. As categorias iniciais foram: percepção do uso das tecnologias na educação; familiaridade com a IA; formação docente para o uso de tecnologias digitais; contexto institucional e infraestrutura; trabalho pedagógico-didático com IAGen; confiança e limites da IA; vigilância e coleta de dados; e letramento digital na formação discente.

Quanto à categoria familiaridade, os entrevistados indicam uso ainda limitado da IAGen na prática docente, como expressa a fala “às vezes eu utilizo, porque auxilia em algumas coisas, mas eu opto por utilizar mesmo textos [livros] dos didáticos”.

Na categoria formação docente em IA, as entrevistas indicam ausência de processos formativos sistemáticos, com incorporação individualizada e pouca orientação institucional: “No pedagógico o Estado não ensina tanto nessas coisas”; “temos as nossas reuniões de ATPC, onde o coordenador vem com alguma formação que ele aprendeu, mas algo específico necessariamente não”.

A categoria trabalho pedagógico-didático com IAGen permite compreender se a tecnologia é percebida como recurso de apoio ao planejamento, como mecanismo de automação, como ameaça à autoria ou como possibilidade de reorganização crítica das práticas pedagógicas. Com Libâneo e Silva (2020), compreende-se que as finalidades educativas orientam as práticas pedagógico-didáticas e articulam formação cultural, científica e desenvolvimento humano. As entrevistas indicam que alguns professores associam o uso da IA à facilitação de ações didáticas, mas reconhecem que seu uso depende de intencionalidade pedagógica: “Se você não souber o que quer com ele, eu não consigo essas informações”. Assim, a IAGen aparece como tecnologia cujo sentido pedagógico depende das finalidades educativas e dos conhecimentos docentes.



Na categoria docência e transformação profissional, as falas indicam que a IAGen pode alterar as dimensões do trabalho pedagógico, mas não substituir a função docente. Para os entrevistados, a docência envolve mediação, vínculo e atenção às dificuldades humanas dos estudantes: “do lado humano, a IA não vai ser possível substituir o professor”.

Na categoria percepção do uso da IA e letramento digital de estudantes, as falas docentes indicam que o uso da IAGen já se inscreve no cotidiano escolar, nem sempre de forma orientada: “Utilizam o tempo inteiro. Principalmente quando vem para a aula”. Isso reforça a necessidade de letramento em IA, com atenção aos limites, vieses e implicações éticas.

Com Feenberg (2002), compreende-se que a tecnologia não é neutra, pois expressa interesses, valores e formas de organização social. Desse modo, essa perspectiva permite problematizar se a IA generativa aparece como promessa de inovação, ameaça à autoria, apoio ao planejamento escolar, formas de automação ou possibilidade de reorganização crítica das práticas pedagógicas.

Ao avaliarem desafios ou benefícios da IAGen, os docentes destacam preocupações quanto à aprendizagem, à avaliação e autoria discente: “se o aluno utilizou o recurso de IA, como que eu vou medir o nível realmente ele compreendeu...?”. Quanto à infraestrutura, há escolas com equipamentos básicos, como notebook e televisor em sala, embora isso não garanta a apropriação crítica da IAGen.

A docência não se reduz à transmissão de conteúdos nem à operacionalização de recursos. O uso da IAGen precisa ser problematizado a partir das finalidades educativas: que tipo de pensamento ela favorece? Que formas de dependência pode produzir? Que condições cria ou restringe para a autoria discente e docente? (Libâneo; Silva, 2020).

Em diálogo com Vigotski (2001), entende-se que a linguagem ocupa papel constitutivo na formação do pensamento. Ao produzir linguagem sintética em larga escala, a IAGen interfere nas práticas de escrita, síntese, argumentação e organização conceitual, sendo necessária a mediação docente para evitar que respostas prontas substituam processos de elaboração intelectual.

Essa inquietação dialoga com Almeida et al. (2025) ao indicarem que respostas prontas possam limitar habilidades como análise, compreensão, produção textual, organização de ideias e construção de argumentos. Outro eixo refere-se à vigilância e à plataformização da educação. Com Zuboff (2020), compreende-se que a coleta e a modulação de dados exigem atenção à privacidade, à segurança, à transparência algorítmica e aos modelos de negócio das plataformas educacionais baseadas em IA. Almeida et al. (2025) reforçam essa preocupação



ao tratar privacidade, segurança de dados, vigilância e plataformização como desafios centrais para a educação. Nesse sentido, o Referencial do MEC (Brasil, 2026) contribui para pensar critérios públicos de uso responsável da IA, formação docente e a proteção dos estudantes

3 Considerações finais

A discussão evidencia que a IAGen apresenta à Educação Básica desafios que ultrapassam o domínio técnico dos recursos. As percepções docentes constituem um campo para compreender como a IA tem sido interpretada, aceita, recusada ou resignificada no cotidiano escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Espera-se que a pesquisa contribua para processos formativos que não tratem a IAGen como solução técnica, mas como objeto de análise pedagógica, ética e política, reconhecendo o professor como sujeito educativo central da mediação tecnológica.

Defende-se, portanto, que a integração da IAGen à Educação Básica deve ser orientada por autoria, criticidade, responsabilidade, justiça social, proteção de dados e valorização do trabalho docente, considerando as condições, finalidades e mediações que fundamentam um projeto de formação humana.

Referências

- ALMEIDA, Ana Paula et al. **Carta de Recomendação para o Uso da Inteligência Artificial na Educação**: desafios e potencialidades. São Paulo: Editora Nelpa, 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. **Institui a Política Nacional de Educação Digital**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial para o Uso e Desenvolvimento Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação**. Brasília: MEC, 2026.
- FEENBERG, Andrew. **Transforming technology: a critical theory revisited**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Editora Plano, 2002.
- LIBÂNEO, J. C.; SILVA, E. Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp1, p. 816–840, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24iesp1.13783. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13783>. Acesso em: 31 maio. 2026.
- VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.